

Almirante José Manuel Castanho Paes

Associação Portuguesa de Vela

O Mar na Educação da Juventude

Admitindo que seria útil para os objectivos deste seminário dar um determinado contributo, ainda que breve, para as questões que são objecto de reflexão nesta sessão, começaria por informar a distinta audiência que tal contributo se vai centrar num elemento fundamental da identidade nacional portuguesa, cuja importância se tornou evidente através dos oito séculos da nossa História, mas que infelizmente, durante os dois últimos séculos, foi alvo de extensos períodos de desatenção, com reconhecidas consequências negativas no poder nacional. Durante esses períodos ele foi frequentemente mais tratado no campo das promessas e das boas intenções do que propriamente no campo das acções concretas. Refiro-me, como V.Ex.^{as} certamente já adivinharam, ao MAR.

Não são necessárias largas e profundas análises históricas para se constatar que a relevância de Portugal no Mundo e a sua maior ou menor capacidade de intervenção ou de imposição da sua vontade na cena mundial, estiveram sempre estreitamente correlacionadas com a sua capacidade de dispor e de exercer o domínio do mar, quer autonomamente, quer através de políticas de aliança com as potências marítimas que melhor pudessem servir os seus próprios interesses.

O mar constituiu, sem dúvida, o grande potencial de que a Nação soube, de forma pioneira na Europa, tirar o necessário partido para a sua ascensão a uma dimensão imperial. Sem a sua intensa, ambiciosa e ousada exploração pelos portugueses que a tão abnegada tarefa se dedicaram, com a conhecida determinação que a História nos ensinou, não haveria hoje um espaço lusófono com mais de 200 milhões de almas! Mas para isso contribuiu, de forma decisiva, a visão esclarecida e a vontade férrea de fortes lideranças políticas e militares, de que são conhecidos paradigmas, entre vários outros, as insígnias figuras de D. Dinis, do Infante D. Henrique, de D. João II, de D. Francisco de Almeida ou de Afonso de Albuquerque.

Já na velha Grécia, Temístocles dizia: "Aquele que for senhor do mar, tarde ou cedo sê-lo-á também do império". Também D. Francisco de Almeida, ilustre Vice-Rei da Índia, mostrou uma perfeita consciência desta realidade, ao afirmar: "Se no mar não fordes poderosos, tudo logo será contra nós".

No período áureo da expansão portuguesa, os sacrifícios foram pesados mas os benefícios compensadores, talvez até mais em termos morais e humanistas do que materiais, como tão bem sintetizou o grande poeta Fernando Pessoa quando escreveu:

“Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena...”

Deixando por ora a expressão poética desta realidade, importa colocar a seguinte questão: Será que o mar ainda hoje é importante para Portugal?

Se a resposta for afirmativa, então esta questão não pode de modo algum estar arredada ou ser superficialmente tratada no processo educativo da juventude, havendo que a considerar, no desenvolvimento de todo esse processo, de uma forma proporcionada à sua real dimensão no conjunto de todas as grandes questões com que Portugal presentemente se confronta no contexto nacional e internacional. Só assim é que se poderá delinear um projecto educativo equilibrado, completo e moderno.

Em poucas palavras vou tentar apresentar alguns argumentos, através dos quais procurarei validar o ponto de vista de que não só é afirmativa a resposta à questão colocada, mas ainda que o facto de não a tomar em devida consideração acarretará graves riscos para a sobrevivência de Portugal como nação independente.

É talvez um atrevimento da minha parte começar por afirmar que, para Portugal, o mar continua a ser estrategicamente tão importante quanto o seu próprio território. Na verdade, embora este último constitua indiscutivelmente o meio físico que alberga a maioria da população e das infraestruturas nacionais, o seu espaço está imutavelmente confinado aos limites impostos pelas suas fronteiras geográficas (terrestres e marítimas), enquanto que o primeiro pode, para diversos sectores da vida nacional, assumir a dimensão que a nossa imaginação, clarividência e determinação lhe quiserem dar. Para além dos recursos vivos de que dispõe e que, apesar de relativamente limitados, já estão presentemente a ser alvo da cobiça alheia, especialmente por parte do vizinho ibérico, é

muito provável que a nossa extensa zona económica exclusiva esconda nos seus fundos tesouros minerais, energéticos ou arqueológicos que a evolução científica e tecnológica poderá, a maior ou menor prazo, colocar ao nosso alcance em termos economicamente rentáveis. Só deles seremos espoliados, à semelhança do que se poderá vir a passar com os recursos vivos se, em devido tempo, houver incúria, falta de visão estratégica ou pouca determinação na gestão dos factores que regem a exploração e aproveitamento desse vasto património.

Contudo, não é só na sua zona económica exclusiva que Portugal pode usar e explorar o mar. Há plena liberdade de acção, em todos os espaços marítimos, para a navegação mercante que obedeça às regras impostas pelas convenções internacionais. Há acordos de pescas que se podem fazer com outros países, dentro ou fora do quadro da União Europeia.

Tal como Portugal soube, ao longo dos séculos XV e XVI, utilizar o mar para se expandir e ultrapassar os limites das suas fronteiras europeias, também hoje ainda existe uma razoável margem de manobra para o fazer, se houver, como já disse, vontade e imaginação, enquadradas por uma visão estratégica cujo desenho e esforço coordenador não pode naturalmente deixar de caber às elites e classes dirigentes do País, sejam elas políticas, sociais, económicas, culturais ou de qualquer outra natureza, recorrendo, quando necessário ou conveniente, ao estabelecimento das adequadas plataformas de entendimento e concertação entre as principais forças políticas e parceiros sociais, no sentido de melhor se servirem os interesses nacionais nesta matéria.

O mar, mesmo menosprezado como tem sido desde há largos anos, continua a constituir um elemento que, directa ou indirectamente, cruza horizontalmente vastos sectores e actividades da vida nacional.

No campo económico, passa por todos os sectores: o primário (pescas e aquiculturas); o secundário (indústrias de construção e reparação naval, indústria conserveira e indústria de extracção de sal); e o terciário (transportes marítimos e instalações portuárias, turismo e desportos náuticos).

No campo cultural, o mar foi e continua a ser expressiva fonte de inspiração literária e artística. E há especialmente que incluir aqui as actividades museológicas, expositivas e recreativas que se centram nas profissões, nas espécies naturais, nas ciências, nas artes, nos desportos, nos modelos e nos motivos marítimos.

No campo da investigação científica existe um leque de sectores onde já se iniciaram, ou há perspectivas de se virem a iniciar, estudos e o desenvolvimento de projectos de elevado interesse, quer na área da biologia marinha (influencias ambientais nas espécies marinhas, controlo dos stocks com vista à regulação do esforço de pesca), quer na área da

oceanografia física (modelos de previsão de correntes, marés e agitação marítima, energia das ondas e marés, geotermia oceânica), quer em diversas outras áreas tais como a cartografia náutica e oceânica, o controlo do tráfego marítimo e da poluição marítima, o aproveitamento dos recursos minerais do leito do mar, etc..

Nos campos da segurança interna e externa e da defesa do território, é no mar, ou a partir dele, que surge um largo número de efectivas e potenciais ameaças e riscos contra importantes interesses nacionais, de que são conhecidos exemplos o bloqueio dos portos e das linhas de comunicação marítimas, o ataque a objectivos costeiros de relevância estratégica, o tráfico de drogas, a pesca ilegal, a imigração clandestina, o terrorismo, a pirataria, os atentados ao ecossistema marítimo e as infracções contra a segurança do tráfego marítimo. Também o uso do mar se pode tornar indispensável para a ajuda ou recolha de cidadãos portugueses, ou de nacionalidades amigas ou aliadas, em países ou áreas atingidas por instabilidade política, fortes distúrbios ou calamidades naturais. Contra tão alargado quadro de ameaças e riscos impõe-se a disponibilidade de meios adequados e eficazmente coordenados para a acção, tirando o devido partido da mobilidade, flexibilidade e profundidade estratégicas que o mar proporciona, o que, em condições normais, está perfeitamente ao alcance das possibilidades do país, desde de que se não descurem os atempados e oportunos investimentos. Não tendo sido esta uma regra normalmente respeitada durante as últimas décadas, a progressiva diminuição da capacidade de resposta contra a generalidade das ameaças e riscos atrás enunciados tornou-se uma realidade, cuja reversão, até se alcançar o desejável ponto de equilíbrio entre as necessidades e as capacidades, vai obrigar a um esforço acrescido anormal em matéria de investimento.

Todo este conjunto de actividades, que já representou uma significativa fatia do PIB e da força de trabalho nacionais, tem vindo a decrescer gradualmente durante as últimas décadas, conforme se conclui da evolução dos seguintes indicadores:

Se continuarmos neste declínio teremos de concluir que Portugal parece caminhar no sentido do total abandono do seu património e das suas tradições marítimas, o que corresponderia a uma forte ruptura com a História e, conseqüentemente, a uma extensa e profunda ferida na identidade nacional.

Tal ferida viria diminuir drasticamente a nossa capacidade de reacção à forte atracção centrípeta que o vizinho ibérico exerce no sentido de absorver os nossos já tão debilitados centros de decisão, contribuindo assim para aumentar o rol das parcelas de soberania nacional perdida, em consequência do avanço do processo de integração europeia.

Todavia, alguns indicadores mais recentes de natureza não económica fazem-nos criar a esperança de que a situação se possa realmente começar a inverter. As comemorações dos 500 anos dos descobrimentos portugueses e a Exposição dos Oceanos de Lisboa (EXPO 98) despertaram a consciência de muitos portugueses para a importância que o mar teve, tem e terá para o mundo em geral e para Portugal em particular. Contribuiu também para esse alertar de consciências a divulgação dos trabalhos da Comissão Mundial Independente para os Oceanos que foi presidida pelo Dr. Mário Soares. E, presentemente, do funcionamento da recém-criada Comissão Estratégica dos Oceanos sairão certamente reflexões e propostas que possibilitarão ao Governo, à Assembleia da República e a diversas instituições e empresas nacionais, a tomada das decisões de que o País carece no respeitante à busca das vias a percorrer para se reconciliar com o mar.

Algumas dessas decisões deverão naturalmente respeitar à forma como se procurarão inserir as matérias em causa nos planos de educação da juventude, com vista à sua preparação para enfrentar os novos desafios que Portugal terá pela frente no melhor aproveitamento das potencialidades que o mar lhe oferece.

Assim, julgo que essa inserção deveria ser perspectivada através dos seguintes planos de acção:

- 1º - O da consciencialização da juventude para a importância crescente dos oceanos para a humanidade, para o âmbito e abrangência das ciências do mar, para o conhecimento genérico das principais convenções internacionais que regulam o seu uso e exploração, bem como para a necessidade premente de preservar os oceanos e águas interiores de atentados ecológicos e da má exploração dos seus recursos.
- 2º - O da consciencialização da juventude para as reais incidências do mar nos campos social, económico, histórico, cultural e da segurança externa e interna do País, bem como para as vias a seguir no sentido do seu máximo aproveitamento no processo de desenvolvimento do país.
- 3º - O do contacto directo da juventude com o mar e com as actividades que dele dependem, através de: visitas de estudo aos museus marítimos, oceanários, estaleiros navais, instalações portuárias, faróis, etc.; visitas e embarques em navios-escola ou em quaisquer outros navios ou embarcações com as adequadas condições de segurança; e, sobretudo, como actividades extra-curriculares, o incentivo e a formação indispensável à prática segura de desportos náuticos, designadamente a vela, o remo e a canoagem.

4º - O da revisão dos planos de estudos de todos os cursos ligados às ciências do mar (ensino superior) e à formação profissional (todos os níveis de ensino) com vista a melhorar a sua intercomunicabilidade horizontal e vertical, criando, se necessário, novos cursos, aumentando as valências dos cursos em termos de saídas profissionais e removendo todos os obstáculos que eventualmente estejam a prejudicar a atracção da juventude pelas carreiras marítimas.

Então, de tudo o que atrás se expôs, o que poderemos concluir?

- 1º - Que o mar, sendo de extrema importância estratégica para Portugal, não pode ser desprezado, abandonado ou alienado pelos portugueses, sob pena de se perder um forte factor de identidade e de poder nacional.
- 2º - Que o mar, em todas as suas vertentes de interferência nos diversos sectores e actividades da vida nacional, é um elemento de primordial importância no desenvolvimento global do País.
- 3º - Que a juventude portuguesa deve tomar plena consciência destas realidades através dos necessários e adequados ajustamentos a introduzir no sistema de educação nacional.

Como alguém disse em tempos passados, numa feliz reflexão de grande alcance estratégico: "A possibilidade de utilizar o mar é como a de todos os bens deste mundo: só se compreende o que vale quando, de repente, se perde".

O mar continua a constituir para Portugal, face à situação geográfica em que se encontra, um elemento essencial e decisivo na consolidação e potencial alargamento das suas fronteiras económicas, culturais e de segurança. Só através do seu uso inteligente é que Portugal pode hoje, tal como no passado, aumentar significativamente o bem-estar dos seus cidadãos e a sua projecção no mundo, tirando partido de valiosas potencialidades que a exploração exclusiva do seu confinado e descontínuo território nunca lhe deram nem poderão vir a dar.

Há, pois, boas razões para procurarmos continuar a ser "heróis do mar", destemidos como dantes, mas bem conscientes das realidades de hoje, para que, através de atitudes esclarecidas e corajosas, possamos pôr termo às persistentes tentativas de desagregação dos valores mais positivos da nossa identidade nacional. E a ligação dos portugueses ao mar constitui, sem dúvida, um desses valores.

O futuro próximo de Portugal vai estar nas mãos da juventude de hoje. A ela dirijo um veemente apelo para que se oponha a que a nossa Pátria vire definitivamente as costas ao mar.

Professor Catedrático Jubilado Miguel Mota
Estação Agronómica Nacional e Universidade de Évora

A Agricultura na Economia e na Defesa

1. Comentários Livres

Se é um facto que Portugal não está entre os países mais pobres do mundo, o seu nível de riqueza, tanto na média geral como na distribuição dessa riqueza, deixa muito a desejar. Como se sabe, continuamos a ser os piores da Europa e, o que é mais grave, a uma considerável distância da média europeia, para já não falar nos mais desenvolvidos, grupo onde poderíamos e deveríamos estar.

O sector etário da juventude é um dos que mais sofre, especialmente o dos jovens adultos, quando iniciam a constituição da família e enfrentam os problemas dum período crítico, em que há que encontrar habitação e, logo que os filhos chegam e os encargos sobem, há dificuldade em os satisfazer, com o salário do princípio de actividade, geralmente baixo.

É óbvio que para o bem estar duma população é importante o nível médio da riqueza existente e uma boa distribuição, de forma a que, embora possam existir alguns ricos ou, até, muito ricos, não haja “pobres” e, certamente, que não haja “muito pobres”.

A economia portuguesa não está no baixo nível em que está, por acaso ou por influências adversas que não podemos combater. Também não está na, por vezes alegada, “falta de recursos naturais”, pois outros povos, com menos recursos do que os nossos, mostram riqueza bastante superior. A causa está numa frequente falta de capacidade em muitos casos e, principalmente, nos muitos erros cometidos a todos os níveis mas, como se compreende, de tanto maior peso quanto mais alto é o nível que os comete.

Falta-me competência para dizer o que se devia fazer nos campos da indústria, do comércio ou das pescas, embora suspeite que neles se pode fazer muito melhor. Mas uma importante causa da nossa pobreza reside nos monstruosos e grosseiros erros que têm sido cometidos nas últimas décadas no sector da agricultura, por governos de diversas cores políticas, mais parecendo que se deseja destruir a todo o custo esse importante sector da economia.

Vem a propósito dizer que não consigo compreender porque é que, há oito anos, em Portugal se ignora quais são os componentes da economia. Desde 1995, com o primeiro governo do PS, que os ministros do Comércio e Indústria aparecem impropriamente rotulados de “Ministros da Economia”. Denunciei o facto aberrante, pela primeira vez, em Novembro de 1995, numa importante reunião no Centro Cultural de Belém, onde estiveram presentes muitos dos então novos ministros e vários que tinham deixado de o ser um mês antes. Sabendo-se, da estrutura do governo, que uma parte importante da economia (a Agricultura) era da responsabilidade de outro ministro, aquele apenas poderia ser chamado Ministro de Parte da Economia. Se o que tem acontecido ao longo destes anos não é resultado duma ignorância verdadeiramente monumental, o problema é mais grave porque é um acto criminoso de tentativa de destruição de parte da economia nacional, cujos únicos beneficiários são os importadores de produtos agrícolas, à custa de todos os cidadãos.

As condições naturais de Portugal têm alguns factores desfavoráveis para a agricultura – como, aliás, praticamente todos os países – mas também tem uns quantos altamente favoráveis. Mas, em consequência da muito infeliz actuação do Ministério da Agricultura ao longo de algumas dezenas de anos e de várias cores políticas (depois do 25 de Abril já tivemos ministros da Agricultura dos quatro maiores partidos, qual deles o pior!) chegamos a 2003 com esse sector da economia no estado em que está. Esse mau estado é evidente quando as estatísticas nos mostram a enorme proporção de produtos agrícolas que temos de importar e que qualquer pessoa pode ver num super ou hipermercado, perante as montanhas desses produtos importados que aqui tínhamos obrigação de produzir melhor e mais barato. As desculpas apresentadas, com a PAC à cabeça, são todas de mau pagador.

Ao longo de várias dezenas de anos tenho apontado os erros e indicado o que há a fazer – e que nem é intrinsecamente difícil – para que a nossa Agricultura seja uma actividade económica muito mais valiosa do que é hoje (1-16). Tudo tem sido feito ao contrário do que devia ser, o que já custou a todos nós – e não apenas aos agricultores, embora estes sejam os mais directamente prejudicados – fabulosas fortunas.

Há várias dezenas de anos que venho proclamando e demonstrando que só é possível ter uma Agricultura eficiente e competitiva se o Ministério da Agricultura tiver uma investigação agronómica ampla e de alto nível (que constantemente descubra a forma de agricultar melhor, no seu sentido mais lato, desde a planificação da explo-

ração até à venda dos produtos) e um muito eficiente serviço de extensão agrícola, que leve aos agricultores os conhecimentos que existem e os que vão sendo criados pela investigação.

Nas décadas de 1930 e 1940 esses serviços receberam em Portugal um razoável impulso, o que originou algumas valiosas melhorias. A criação, em 1936, da Estação Agronómica Nacional, instalada durante alguns anos em Sacavém, actualmente em Oeiras, foi um passo enorme para o desenvolvimento da agricultura e da ciência, como é fácil mostrar com o volume editado em 1986, quando celebrou o seu cinquentenário. Em 1942 foi criada a Estação de Melhoramento de Plantas, em Elvas. É imenso o que estes organismos deram ao País, pelas melhorias que causaram à agricultura.

Uma grande parte da investigação agronómica, tal como sucede com a investigação médica, não se traduz, directamente, em mais altas ou melhores produções. Mas é necessária, para que a restante seja capaz de produzir frutos muito valiosos que pagam, com juros tão altos que o próprio orçamento do Estado recolhe bastante mais do que ali investiu, como tenho demonstrado (17). Um exemplo que todos conhecem é o caso da uva 'D. Maria' essa magnífica uva branca, de mesa, tão apreciada e tão largamente produzida e consumida. O que a maioria das pessoas não sabe é que ela é fruto da investigação realizada na Estação Agronómica, em Oeiras, pelo meu infelizmente já falecido colega José Leão Ferreira de Almeida, que a baptizou com o nome de sua mãe.

Nas últimas décadas entrou-se numa verdadeira destruição do que havia de investigação agronómica (e que era insuficiente) e a quase fazer desaparecer o pouco que havia de extensão agrícola, o que tem como consequência o estado em que está a nossa agricultura, sistematicamente batida, mesmo no mercado interno, em muitos produtos que Portugal devia ser capaz de produzir melhor e mais barato. Basta visitar qualquer super ou hipermercado para ver como abundam frutas e hortaliças vindas do estrangeiro. Isso estaria certo para produtos exóticos ou fora da época, mas é inadmissível para batatas, cebolas, cenouras, rabanetes (rabanetes vindos da Holanda!), alhos, tomates, pimentos, alfaces, pêras, maçãs, ameixas, uvas, melões, melancias, laranjas, tangerinas, limões etc. etc. etc. Se tudo isso fosse produzido em Portugal - e de muitos produtos devíamos exportar em muito maiores quantidades do que exportamos - o nosso nível económico seria outro, pelos reflexos no PIB, no desemprego, na inflação, no défice orçamental e nas balanças comercial e de pagamentos (18).

Com uma população activa agrícola envelhecida e de baixo nível de conhecimentos, onde apenas alguns raros casos pontuais mostram agricultores de alto nível, só com uma juventude activa e informada, apoiada num Ministério da Agricultura com excelente investigação agronómica e igualmente boa extensão agrícola se poderá operar a modificação que se impõe, a bem da economia portuguesa.

Há vários anos que venho apelando – sem qualquer êxito – a sucessivos ministros da Agricultura, para que implementem, com urgência, um “Programa Intensivo de Investigação Agronómica e de Extensão Agrícola”, única forma de recuperar o tempo perdido e transformar a pobre e pouco competitiva agricultura que temos na actividade muito mais produtiva que podíamos e devíamos ter.

Para se obterem os melhores resultados desse “Programa Intensivo” ele deverá, sempre que possível, incidir principalmente sobre a juventude, grupo etário mais maleável e melhor preparado para assimilar ensinamentos, embora a experiência dos mais velhos seja sempre um valor a não desprezar.

Acresce ainda que a Agricultura, para além do seu interesse económico, tem, também, um enorme valor estratégico. No caso dum conflito armado, a capacidade de sobrevivência alimentar é um dos mais importantes factores pois é bem conhecido que os povos são mais facilmente vencidos pela fome do que pelos canhões.

Portugal é pobre em energia fóssil (carvão, petróleo e gás natural), mas muito rico em energias renováveis. Não se compreende que não tenha um igualmente desenvolvido programa de investigação neste campo. Energia solar – para aquecimento e para directa produção de energia eléctrica – energia eólica – que em tempos antigos tão bem soube usar! – energia das ondas, energia das marés – que já usou bem há uns 500 anos! – e as várias fontes provenientes da agricultura, a mais antiga das quais é a lenha mas onde podem ter enorme importância o biogás e o etanol, como já em tempos assinalai (19-21).

Fala-se muito, até na União Europeia, em Desenvolvimento Rural. Mas esquece-se – ou deliberadamente se ignora – que o que, fundamentalmente, caracteriza uma zona rural é o facto de nela a actividade principal ser a Agricultura. Por esse facto, só é possível promover o Desenvolvimento Rural se se desenvolver a Agricultura. É ela que irá criar a riqueza de base que tornará possível o desenvolvimento de outras actividades, comerciais e industriais (a montante e a jusante), culturais e outras.

2. Bibliografia

Mota, M. 1964 Como se cura uma agricultura que produz pouco, mau e caro (1). *Jornal do Comércio* de 11 de Dezembro de 1964.

____ 1964 Como se cura uma agricultura que produz pouco, mau e caro (2). *Jornal do Comércio* de 19/20 de Dezembro de 1964.

____ 1967 Como se cura uma agricultura que produz pouco, mau e caro (3). O caso do México *Jornal do Comércio* de 5 de Abril de 1967.

____ 1967 A agricultura e a investigação científica. *Jornal do Comércio* de 15 de Maio de 1967.

____ 1967 La Structure du Complexe Recherche-Vulgarisation dans l'Agriculture d'un Pays. *Mediterranea. Revue des Problèmes Agronomiques Méditerranéens*, 14: 2-8. 1967.

____ 1969 *Problemas da Investigação Científica. Problemas da Agricultura*. Lisboa. 1969.

____ 1969 A rentabilidade dos serviços de agricultura. I - Introdução. *Jornal do Comércio* de 7 de Julho de 1969.

____ 1969 A rentabilidade dos serviços de agricultura. II - A Investigação. *Jornal do Comércio* de 10 de Julho de 1969.

____ 1969 A rentabilidade dos serviços de agricultura. III - A Extensão. *Jornal do Comércio* de 16 de Julho de 1969.

____ 1969 A rentabilidade dos serviços de agricultura. IV - Conclusão. *Jornal do Comércio* de 21 de Julho de 1969.

____ 1989 A Política Agrícola Comum da CEE e a Investigação Agronómica. *Boletim Mensal da Região Sul da Ordem dos Engenheiros*, nº 75, Julho/Agosto de 1989.

____ 1990 A agricultura portuguesa e a adesão à CEE. *DIAgrícola* nº 59, de 1 de Maio de 1990.

____ 1990 "O nosso grande adversário é o atraso". *DIAgrícola* de 5 de Junho de 1990.

____ 1990 Como se cura uma agricultura que produz pouco, mau e caro. *DIAgrícola* de 20 de Novembro de 1990.

____ 1991 Agricultura. Investigar, o quê e para quem. *Gazeta das Aldeias*. Série de 6 artigos, publicados nos números 2923, 2024, 2925, 2926, 2927/8 e 2972, 1986-1990.

_____ 1992 Investigação e Extensão, os maiores “subsídios” que podem ser dados a qualquer agricultura. *Comunicação à “TV Semana de Extensão Rural”*, Évora, 27 a 30 de Abril de 1992. *Gazeta das Aldeias* 97 (2996), Julho de 1992.

_____ 1999 Investigação Agronómica e Extensão Agrícola, as bases fundamentais do Desenvolvimento Rural. *Vida Rural* de Julho de 1999.

_____ 2000 PIB, Défice, Inflação e Produtividade. *Diário Económico* de 24 de Janeiro de 2000.

_____ 1980 O gás do estrume. *Vida Rural* nº 84, 2ª quinzena de Março de 1980.

_____ 1980 Carros podem ser movidos a estrume. *Tempo* de 31 de Dezembro de 1980.

_____ 1982 A agricultura é que há-de substituir o petróleo. *Vida Rural* nº 128, 1ª quinzena de Fevereiro de 1982.

Tenente-Coronel Desidério Vilas Leitão
Academia Militar

1. Sessão II - Questão 1

Que elementos caracterizam a identidade portuguesa (na hipótese de existir) e como será possível recordá-la aos nossos concidadãos e transmiti-la aos nossos filhos?

A **identidade é culturalmente** fundada no sentido em que se constrói na espesura temporal. **Constrói-se** em relação a valores partilhados, embora os entendimentos do que são esses valores e do modo como devem ser partilhados sejam plurais e contrastantes, e cada vez mais à medida que as sociedades se modernizam, democratizam e se complexificam.

Há **duas dimensões, incidíveis, no processo de identificação**. Ao longo dos séculos, foi-se identificando uma noção **restritiva** de cidadania, entre cidadãos (distinção entre cidadão do estrangeiro, o livre escravo), incorporando factores e elementos novos que atenuavam as distinções, conduzindo aquilo a que S. Paulo disse ao proclamar que, “não há Judeu e grego, escravo e homem livre”. A partir daqui, S. Paulo começava a distinguir, algo de muito novo. Dava-nos a ideia de ser indispensável que a noção restritiva deveria, progressivamente, dar lugar a uma noção cada vez mais **alargada**.

Como é que se transmite aos nossos filhos e concidadãos? Através da **família**, como célula base, nos **ensinos básico e secundário** do sistema educativo português, onde se torna indispensável uma presença efectiva do conceito aberto de cidadania. **Cidadania**, não apenas nas actividades inter-disciplinares e de projecto, mas nas actividades concretas de direcção de turma, com temas próprios específicos para o tratamento das questões ligadas à cidadania democrática - numa perspectiva aberta e transversal. No âmbito do ensino secundário procurar-se-á que o conceito parta, por um lado da noção de diversidade e de uma ligação efectiva entre sistema de ensino e vida activa, com valorização da dimensão experimental, da dimensão técnica, da dimensão profissional e da dimensão artística, e com uma percepção de que a cidadania, ao estar transversalmente na organização escolar, na organização educativa permite, no fundo, a afirmação da coesão social, da identidade, de cidadania alargada e não restritiva, aberta, participativa e responsável.

2. Sessão II - Questão 2

A educação pode ajudar a resolver alguns dos tradicionais bloqueios ao crescimento económico em Portugal e a contribuir para a criação de uma economia solidária?

Temos assistido a um **crescimento da pobreza** em Portugal. A situação que é extensível ao resto do mundo (metade da humanidade vive com menos de dois euros por dia), leva-nos afirmar que, se as pessoas que participam neste evento constituíssem a humanidade, significaria que metade dos que aqui estão viveriam, no máximo, com 12 contos por mês. Por outro lado, a parte da riqueza dos países industrializados que é dirigida à ajuda ao desenvolvimento não passa de 0,35%. Isto significa que os **países industrializados não estão a praticar solidariedade**; estão a fazer esmola, o que é coisa bem diferente.

Os motivos vários que subjazem a este mal-estar social, conduzem-nos a que acredite que a **cultura do crescimento económico contínuo** precisa de ser posta em causa. Dos estudos sociais e económicos a que vamos tendo acesso, podemos deduzir que ela promove o descontentamento que gera um grande número de problemas, tanto económicos como sociais e mesmo ambientais. Enquanto houver milhões de pessoas que não têm sequer as necessidades básicas da vida asseguradas, alimentação adequada, abrigo, educação e assistência médica a crescente desigualdade da distribuição da riqueza é escandalosa. Identifica-se, assim, uma **tensão entre solidariedade e eficiência**. Parece fácil concluir que a **riqueza dos ricos é mantida à custas dos pobres**, especialmente através da dívida internacional.

Devo admitir, no entanto, que é um pouco difícil fazer **propostas práticas acerca da aplicação dos valores educacionais na área da economia** em virtude do papel que a competição, (competição que advém do excesso de bens exteriores de alguns que, ao perceberem que com a sua repartição ficarão menos ricos, se esquecem daqueles que carecem do seu apoio) cada vez mais desenfreada, desempenha. Por esta razão, a **relação entre a empatia e o lucro é necessariamente frágil**. Diria mesmo que, o mundo globalizado é utilizado por pobres e ricos, por Estados desenvolvidos e subdesenvolvidos, por isso, **quanto mais globalização melhor, na certeza de que esta dinâmica, contribua para o estabelecimento de laços de solidariedade e confiança de todos quanto lutam pela paz, pelos direitos a uma sã cidadania**.

3. Sessão II - Questão 3

Como educar para uma concepção de não violência activa que inclua a defesa nacional participada por todos?

É imperioso que a **título individual** primeiramente e a **nível grupal que a comunidade** ganhe a consciência de que a ausência da segurança colectiva do País, jamais será preenchida pelos nossos Aliados sem o empenhamento dos próprios na luta, o que exige o rompimento da crescente cultura de irresponsabilidade e de comodismos fáceis, actualmente sedimentados no princípio de que, a responsabilidade da segurança e da defesa nacional é uma tarefa para as Forças de Segurança e das Forças Armadas.

Formados os cidadãos em todas as suas mais nobres e mais altas dimensões, potencialidades, capacidades e destrezas e da forma estruturada e estruturante, competente e responsável, transformados os cidadãos em verdadeiros protagonistas do seu tempo histórico, em seres qualitativamente conscientes, livres e responsáveis, em pessoas eticamente dignas e fraternamente solidárias e em profissionais dedicados, competentes, criativos e inovadores, **está criado, a nosso ver**, o terreno propício para a adequada educação de não violência activa e o desenvolvimento de um espírito e de uma cultura de defesa e de segurança nacional. A questão da defesa do Planeta como de qualquer País vem-se tornando cada vez mais e acima de tudo, **uma questão de "inteligência" interpretativa e compreensiva e de "sabedoria" estruturante**, modelante e criativa e, portanto, uma questão de profunda e permanente dinâmica de formação a ser concebida e operacionalizada, com afecto e paixão, no quadro de um qualitativo projecto de cidadania e dimensão local, nacional e planetária.

4. Bibliografia

HENRIQUES, Mendo, RODRIGUES, Arlindo, CUNHA, Filipa, REIS, João, *Educação para a Cidadania*, Plátano Editora, 2000.

LAMA, Dalai, *Ética Para o Novo Milénio*, Editorial Presença, 2000.

REGO, Arménio, *Liderança nas Organizações*, Universidade de Aveiro, 1998.

SINGER, Peter, *Ética Prática*, Gradiva, 2002.

Prof. Doutor Hermano do Carmo
Universidade Aberta

**Educar para a identidade nacional assente
numa economia solidária e numa cultura de paz**

1. Sessão II – Questão 1

Que elementos caracterizam a identidade portuguesa (na hipótese de existir) e como será possível recordá-la aos nossos concidadãos e transmiti-la aos nossos filhos?

Portugal não é imune a todo este processo, não só pela sua **condição económica semi-periférica** no sistema internacional mas também pelas conhecidas **fragilidades endógenas**. Neste contexto, a primeira questão que se deve pôr com toda a honestidade é **se a Nação Portuguesa é sustentável** e, em caso afirmativo, **se Portugal é um país viável** para a operacionalizar politicamente.

Em meu entender a resposta às duas perguntas é claramente afirmativa: os portugueses constituem uma **comunidade** com uma **memória** comum (de factos e mitos), uma **língua** comum, uma **consciência** de pertença sólida (à excepção de pequenas franjas de elites estrangeiradas), elementos essenciais à sedimentação da sua **identidade nacional**. A meu ver o elo mais fraco deste conjunto de elementos está na **falta de consenso em torno do sonho** sobre o país que queremos ser, questão que só pode ser resolvida através de uma **liderança firme**, democraticamente legitimada por uma **sociedade civil forte**.

É aqui que **a educação, inicial e ao longo da vida** (Anexo – fig. 1), **desempenha um papel decisivo**: por um lado, deve contribuir para que os portugueses aprendam (ou recordem aqueles que se esqueceram) que pertencem a uma **Nação multicultural** com características únicas, com uma **língua** com 300 milhões de falantes, que constituem **Património da Humanidade** e que, como cidadãos, têm o dever de partilhar esse património de tolerância entre si e com os outros povos. A recente mobilização pela independência de Timor constitui uma prova irrefutável do Poder dos portugueses quando tiram partido desse património; mas para que tal não constitua excepção histórica mas regra quotidiana, é fundamental que

toda a educação – repito, inicial e ao longo da vida – seja focada na construção de cidadãos que sejam sujeitos da sua própria história e não objectos submissos de pretensos iluminados.

Isto significa que **não há Nação nem pode haver País sem pessoas livres, líderes do seu destino pessoal, e solidários com o destino dos seus concidadãos enquanto indivíduos e enquanto comunidade organizada.** É neste contexto que se situa a questão da **educação do carácter:** a educação do carácter de cada pessoa constitui um alicerce indispensável ao fortalecimento do carácter dos colectivos de que faz parte¹ (Anexo – fig. 2).

Em síntese respondo à primeira questão dizendo que **os elementos principais que caracterizam a identidade portuguesa** e que encontramos na análise da memória colectiva (História), do desempenho quotidiano e do *querer comum*, são a **liberdade**, a **tolerância intercultural** e a **solidariedade** e defendo que **tal património deve ser transmitido recorrentemente pela educação inicial e ao longo da vida.**

Dois elementos fundamentais em tal processo são a **educação para a liderança** e a **educação para a democracia.**

Considerando a liderança a *capacidade para mobilizar através do consentimento*, a **educação para a liderança** (anexo – fig. 3) deverá ser **iniciada precocemente, abranger os seus diversos níveis** (individual, grupal, organizacional, comunitário e político), e **promover a aprendizagem de papéis de obediência e de mando** em diversas situações ao longo de toda a formação inicial, cujo desempenho deverá estar claramente **subordinado a valores** socialmente aceites, a fim de ser exercida numa **dimensão de serviço.**

Por seu turno, a **educação para a democracia** (anexo – fig. 4) deve constituir uma peça fundamental da construção da **cidadania** e deve abranger a aprendizagem significativa da democracia, quer como **meta** de sociabilidade a alcançar, quer como **método** adequado para atingir tal objetivo.

2. Sessão II – Questão 2

A educação pode ajudar a resolver alguns dos tradicionais bloqueios ao crescimento económico em Portugal e a contribuir para a criação de uma economia solidária?

1 A educação deve assim abranger todos os traços cognitivos, emocionais e éticos do indivíduo e não como agora, privilegiar, na escola, apenas os traços linguísticos e matemáticos, desperdiçando talentos indispensáveis à coesão da comunidade e ao seu desenvolvimento integral.

Para a viabilização de qualquer sociedade, é fundamental que as necessidades individuais e colectivas sejam identificadas e hierarquizadas e que os recursos escassos para lhes fazer face sejam inventados, articulados e distribuídos de forma justa, de forma a garantir uma qualidade de vida socialmente aceitável. **Uma economia saudável não pode basear-se no crescimento económico cego mas deve integrar o investimento permanente no capital humano, nomeadamente na saúde e na educação, que permita a sua sustentabilidade a longo prazo.**

Sendo consensual a constatação da **fragilidade da economia portuguesa** e tendo consciência que grande parte dos seus males se devem ao **deficiente investimento no capital humano**, é urgente que todo o sistema educativo procure colmatar esta lacuna, formando os educandos para uma **cidadania económica**.

Tal objectivo deverá integrar não apenas a ideia de formar **bons executantes** através de uma formação profissional restrita, mas também **gestores competentes** e **consumidores responsáveis**, o que nos remete para a questão da **educação para a liderança**, atrás enunciada. Dada a **estrutura empresarial assentar numa maioria de PMEs**, e tendo em conta o **peso do sector de economia social**² (por vezes pouco visível), a educação para a cidadania económica deverá conter uma forte preparação para o trabalho em **parceria** e para o **cooperativismo e assentar em princípios de economia solidária**, combatendo modas neo-liberais que só têm beneficiado oligarquias em detrimento de grande parte da população.

3. Sessão II - Questão 3

Como educar para uma concepção de não violência activa que inclua a defesa nacional participada por todos?

Num mundo com cada vez mais indícios de insegurança, parece **ingénuo e perigoso circunscrever a questão da defesa nas Forças Armadas**. Os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 e toda a reacção que desencadeou nas várias partes envolvidas e os inúmeros indicadores de violência com que somos confrontados todos os dias – desde a violência doméstica e institucional contra crianças, velhos e mulheres, à delinquência organizada, à nova escravatura, à violência lúdica³ e a tantas outras formas – são sinais

2 Do qual fazem parte as Cooperativas, as Mutualidades, as Misericórdias e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), cujo valor económico tem sido frequentemente negligenciado.

3 Chamo violência lúdica à que se exerce com o objectivo exclusivo de proporcionar prazer e divertimento ao agressor.

do nosso tempo que mostram claramente que a **insegurança** (de que a violência é apenas uma faceta) **deve ser prevenida a vários níveis**. A questão da defesa, portanto, antes de ser política, é pessoal, grupal, organizacional e comunitária, e a sua dimensão política (regional, nacional internacional) **deve abranger a defesa civil, tanto ou mais do que a militar**.

Esta constatação remete-nos para a questão proposta pela organização deste encontro: **como articular os diversos subsistemas de defesa** (pessoal, grupal, organizacional, comunitária, nacional, regional e mundial) **de modo a transformá-la numa estratégia de prevenção do risco de violência** e não de agressão a outrem? **Como educar para uma concepção de não violência activa que inclua a defesa nacional?** Dada a complexidade da questão a resposta não pode ser exaustiva. Há, no entanto, algumas hipóteses de estratégias que deveriam ser equacionadas:

A educação para a prevenção da violência deve ser feita **o mais precocemente possível**. Este princípio operacionaliza-se, por exemplo, no **combate à impunidade** da violência doméstica (e de outros tipos de violência) o que, em termos educativos, ajudará as novas gerações a interiorizar que a violência é errada e tem custos imediatos para o agressor. Ligada a este tipo de estratégia, a difusão do ensino de artes marciais, devidamente enquadrada por mestres qualificados e por uma filosofia adequada contribuiria para a segurança de alguns segmentos tradicionalmente mais frágeis.

Paralelamente às indispensáveis estratégias repressivas, haverá que incluir na formação inicial a **educação para o diálogo** que inclui as diversas vertentes da educação para a democracia (vide fig. 4). A aprendizagem precoce da resolução de problemas através da negociação e do confronto verbal constitui um instrumento poderoso de gestão de conflitos.

A nível político, **a questão da defesa deverá ser colocada em termos mais amplos do que simplesmente os militares**. Sendo indispensável que o país possua um sistema de meios militares que permita dissuadir eventuais agressões externas e intervir em missões internacionais de imposição ou de manutenção de paz, isso não esgota a questão da defesa. Nesse sentido defendo há vários anos que o serviço militar obrigatório deveria ser substituído por um **Serviço Cívico Nacional**, com uma duração de um ano a 18 meses, a desempenhar por todos os jovens cidadãos portugueses, de ambos os sexos. Tal serviço poderia ser exercido nas FFAA, nos serviços de Protecção Civil, na Administração Pública (Central, Regional ou Local), ou no sector de economia social. As vantagens para a defesa nacional seriam evidentes, pela **associação quotidiana da defesa ao fortalecimento da sociedade civil**.

4. Anexos

Figura 1 - De que educação estamos a falar neste seminário?

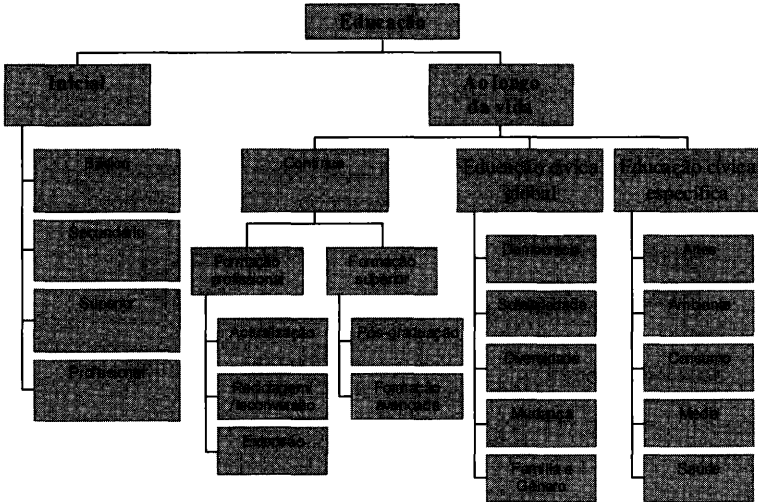


Figura 2 - A dimensão do carácter: mapa conceptual

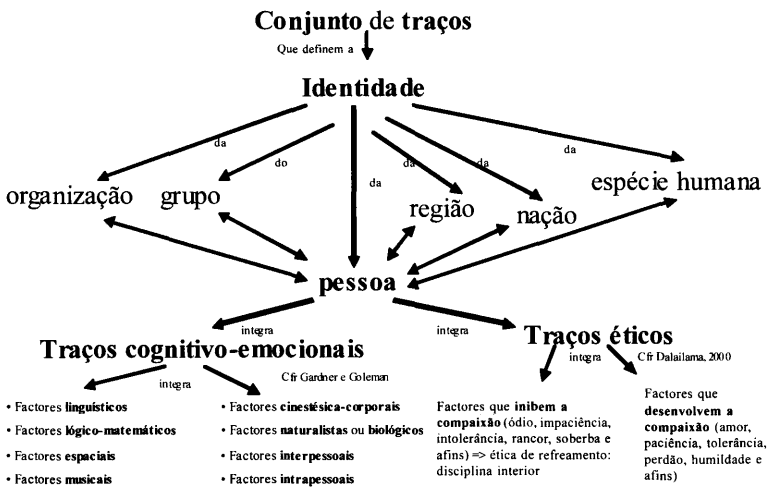
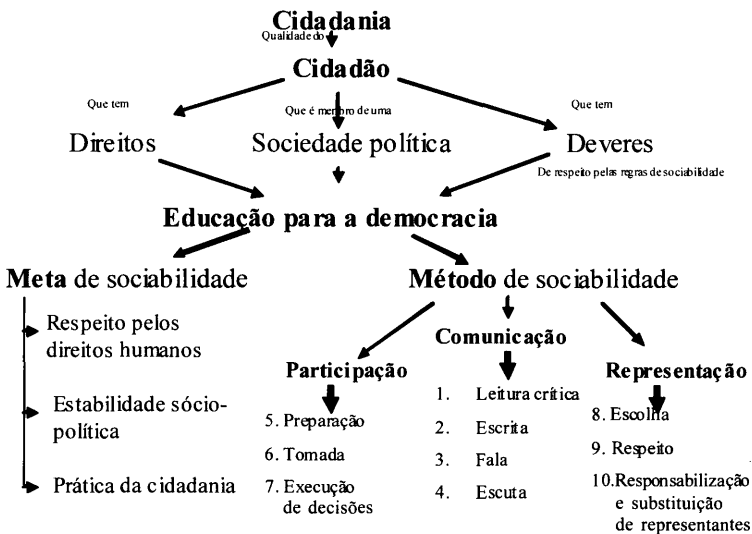


Figura 3 - Educação para a Liderança



Figura 4 - Educação para a Democracia



Prof. Doutor Nuno Garoupa

Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

Prof. Doutor João Gata

DEGEI, Universidade de Aveiro

1. Comentários Livres

Começemos por reflectir sobre os conceitos de Nacionalidade e de Nação. Nacionalidade pode ser interpretada como um sentimento de pertença a uma comunidade com determinadas características socioculturais comuns aos seus membros, (língua, religião, costumes, eventualmente território, e necessariamente uma história). Essa comunidade é vista como uma “Nação” pelos seus membros e, possivelmente, por terceiros. O Estado é um conceito diferente do de Nação. Pode ser entendido como uma estrutura institucional que tem por objectivo facilitar a vida em comunidade. Um Estado pode ser multinacional (União Europeia?, Áustria-Hungria, Espanha, Bélgica, Reino Unido) ou não [Portugal?]. Se em Portugal estes dois conceitos tendem a confundir-se, tal deve-se a circunstâncias históricas por vezes acidentais. A manutenção desta confusão pode revelar-se no entanto prejudicial, na medida em que dificulta a adaptação da Nação a um mundo que ultrapassa, com crescente facilidade, a soberania dos diferentes Estados. Por um lado, a absorção de um determinado Estado por terceiros não neutraliza a Nação. Por outro, a sobrevivência da Nação não necessita da manutenção do Estado.

Na base da Nação estão indivíduos com preferências próprias, que procuram a sua realização pessoal em comunidade. Essa realização pessoal passa inevitavelmente pelas características do indivíduo como agente social, cultural e económico, e pelo funcionamento, ao longo do tempo, da sociedade e economia em que ele está inserido. Cada português está hoje inserido numa união europeia harmonizadora de políticas económicas e sociais, com moeda própria, e com uma estrutura institucional crescentemente supra-estatal.

A inserção crescente de Portugal no espaço alargado da UE por sua vez inserida numa economia globalizante, tem-se revelado não só compensadora mas também reveladora das fraquezas económicas e sociais do país, que comprometem seriamente as gerações futuras. A convergência da economia portuguesa com a média da UE, que se processou ao

longo dos últimos 40 anos, não está garantida no futuro, excepto nos discursos de alguns políticos. Portugal não vai convergir para os níveis de desenvolvimento dos seus parceiros por arrasto. O Alentejo vive em união política e económica com Portugal desde o século XIII e certamente houve “divergência real” pelo menos nos últimos 200 anos. O ajustamento fez-se rapidamente por via da emigração. A expectativa é que, sem profundas reformas estruturais no Estado, a Nação portuguesa uma vez mais emigrará. Contudo, desta vez, será uma emigração qualificada com substanciais perdas de capital humano, com “deslocalização” do capital físico e financeiro, e uma consequente “periferização” económica, política e cultural do Estado português. A médio prazo o papel de Portugal na UE será comparável ao papel de Montana ou Vermont nos Estados Unidos.

A persistente baixa produtividade da mão-de-obra portuguesa relativamente aos seus parceiros da UE, radicada em sérias desvantagens educacionais, culturais, e institucionais, e em correlação com uma longa história de relativo isolamento dos grandes centros inovadores, não permitem grande optimismo relativamente a essa suposta convergência futura. A persistência de normas sociais ineficientes contextualizam princípios contrários à competitividade e ulterior sobrevivência do próprio Estado português. O papel da Educação é fundamental para superar os limites institucionais, organizacionais e culturais da Nação portuguesa. Contribuem para essa situação não só as raízes históricas de pobreza, ruralidade e provincianismo de uma economia fechada que perdeu a Revolução Industrial como um conjunto de normas que a sociedade portuguesa ainda hoje não conseguiu superar e que se exprimem na imensa aversão ao risco, na falta de planeamento e visão estratégica, na inveja e falta de estímulo ao sucesso individual, na falta de exigência e profissionalismo (com a permanente desculpabilização do sujeito e consequente culpabilização do objecto), na falta de consciência de comunidade que leva à inexistência de um comportamento cívico adequado a uma cidadania moderna e solidária (que se revela na aceitação da evasão fiscal, na complacência com os acidentes rodoviários, no desleixo e negligência nos negócios públicos, nos abusos do pequeno (e grande) poder, na valorização da rede de conexão familiar e social em detrimento do mérito individual), enfim numa Nação ainda muito fechada sobre si mesma.

A manutenção de centros de decisão em Portugal não só não tem o papel importante que alguns querem atribuir para que a Nação Portuguesa sobreviva como pode bloquear o saudável progresso da sociedade portuguesa. Os centros de decisão em Portugal podem ser no futuro, como foram no passado, uma forma de perpetuar interesses corporativos e

evitar a penetração de novas ideias (os estrangeirados). Eles são a própria imagem da importância limitada que Portugal teve e tem no mundo, consequência natural de uma economia residual e periférica nos últimos quatro séculos com normas sociais ineficientes, instituições incapazes e uma elite fundamentalmente incompetente. É do interesse dos nacionais a existência de centros de criação de riqueza. Não é do interesse dos nacionais a protecção de centros de decisão que não criam riqueza, mas limitam-se a distribuir rendas e favores.

Aos nacionais, aos Portugueses, compete-lhes decidir que projecto de Nação e de Estado querem ter. O interesse de Portugal é o interesse dos Portugueses. Os Portugueses todos os dias expressam esse interesse, não só quando votam, mas quando actuam nos mais variados mercados económicos comprando e consumindo bens e serviços bem como nas suas relações sociais e culturais. O interesse nacional não é propriedade nem do Governo e da Assembleia da República e muito menos das centenas de grupos de pressão que pulam na sociedade para defender o interesse muito pouco nacional da minoria que representam. Se o Portugal que temos não agrada a muitos Portugueses é porque existe uma diferença cada vez maior entre o interesse dos nacionais e o interesse nacional das actuais elites. Mas se as elites não mudam e não se reformam, mudam os Portugueses, não de nacionalidade, mas de País.